

# ARQUIVO 2

## Artigo

# A TEORIA ECONÔMICA COMO TEORIA DA RIQUEZA SOCIAL:

## Notas sobre o valor de uso na economia política clássica

Renato Caporali\*



### Introdução

Acordo foi paulatinamente construído desde que Adam Smith estabeleceu a diferença teórica entre valor de uso e valor de troca. Gunnar Myrdal explicitou essa operação teórica: "Adam Smith distingue entre valor de uso e valor de troca, mas apenas para excluir o primeiro da discussão, que ele limita

então ao valor de troca. Ricardo e a maior parte de seus discípulos adotam uma. Entre os poucos pontos consensuais entre os economistas existe um que se tornou verdadeira unanimidade: a tese de que as questões relativas ao valor de uso encontram-se fora do âmbito da ciência econômica. Clássicos, neoclássicos, ricardianos, marxistas, keynesianos, monetaristas, praticamente todas as correntes concordam quanto a esse ponto, ainda que algumas nuances possam ser identificadas no tratamento que as diversas abordagens conferem ao tema.

Nessa perspectiva similar, (1955, p.61) Ricardo insistiu em que o único problema que deveria ocupar o economista era o valor de troca, e

que o valor de uso ficava à margem do sistema econômico, no que foi aprovado terminantemente por Marx.

Em nossos estudos dos historiadores do pensamento econômico<sup>1</sup> não encontramos um só exegeta que tenha discordado mais enfaticamente dessa interpretação. Tornou-se estabelecido que Adam Smith teria suprimido o erro fisiocrático, derradeiro momento em que a teoria econômica se apresentava construída incorporando, de maneira parcial, os valores de uso, o que poderia ser lido na tese do caráter especial da agricultura na produção do excedente econômico.

O objetivo deste artigo será questionar a exatidão dessa interpretação através da identificação de momentos da história do pensamento em que a teorização do sistema econômico passou por problemas formulados a nível dos valores de uso. Nosso objetivo é sugerir que este aspecto da teoria econômica pode ser desenvolvido a partir de conhecimentos científicos emanados tanto da teoria econômica quanto de outros ramos do conhecimento, e que esse desenvolvimento complementar a teoria econômica, fazendo surgir isso que sugerimos chamar de "teoria da riqueza social".

\* Professor do Curso do Departamento de Economia da FCG/UNA

<sup>1</sup> Renato Caporali Cordeiro, *Vers une théorie de la richesse sociale*; tese, EHESS, 1992. A Editora Loyola publicou uma tradução ligeiramente reduzida, intitulada, *Da Riqueza das Nações à Ciência das Riquezas*, 1995.

## Os valores de uso no pensamento mercantilista

As interpretações mais simplistas da economia mercantilista colocam-na como sendo baseada e se limitando à tese de que o enriquecimento de uma nação surge da manutenção de um comércio exterior estruturalmente superavitário. Leituras mais recentes<sup>2</sup> ressaltaram a ingenuidade dessa interpretação. Na verdade, o mercantilismo não constituiu propriamente uma teoria econômica; era, antes, um conjunto articulado de teses visando ao alcance de uma supremacia relativa no concerto dos países economicamente rivais. Conforme afirmou Fernand Braudel<sup>3</sup>, era uma doutrina de defesa contra os demais países que disputavam o "cetro" da economia mundial.

O arcabouço doutrinário era bastante fragmentado, prejudicado pela confusão freqüente entre acumulação de excedentes em metal e riqueza. Mas não é esse o ponto que nos interessa. Lendo os mercantilistas no detalhe, tanto entre os mais vulgares como entre os mais sofisticados, como William Petty e Cantillon, que alcançaram um nível de rigor teórico significativo, observamos uma permanente preocupação com a inserção dos valores de uso na análise dos determinantes do desempenho do sistema econômico.

Para Petty, as diversas atividades econômicas não são indiferentes para a

prosperidade. Mercantilista militante, pensa que as atividades ligadas à conquista e domínio das rotas marítimas são aquelas que mais interessam ao sistema econômico. Seu conceito de trabalho produtivo era fundamentalmente ligado ao desempenho do comércio exterior. Para ele, as atividades que beneficiam a conquista dos mares são essencial-

**Para William Petty as atividades que beneficiam a conquista dos mares são essencialmente produtivas, enquanto desvaloriza as que se distanciam do comércio externo.**

mente produtivas, enquanto desvaloriza aquelas que se distanciam do comércio externo. Nesse sentido, o trabalho produtivo estaria ligado ao setor produtivo e tipo dos valores de uso produzidos, e não, como preferiram Smith e Marx, se a atividade produz ou não lucro.<sup>4</sup>

Para ele a alocação estratégica de recursos constitui o elemento central do que deva ser objeto da decisão política - e a estratégia de alocação requer uma teoria que defina hierarquias de preferência entre os diversos valores de uso.

Com o irlandês Richard Cantillon, que viveu durante as três primeiras décadas do século XVIII, os valores de uso passam a constituir determinação formal sistemática. Em seu único livro, publicado postumamente em 1750 e provavelmente escrito em 1730, o *Ensaio sobre a Natureza do Comércio*, toda a trama analítica, através da qual determina as tendências à prosperidade ou ao empobrecimento está atrelada seja à natureza dos valores de uso produzidos e comercializados, seja à natureza do processo produtivo utilizado nos diversos bens.

A preocupação essencial de Cantillon era saber de que maneira as escolhas sociais de consumo entre os diversos valores de uso incidirá sobre a demanda de trabalho e sobre o uso da terra. Pelo menos duas teses sobre a determinação que os valores de uso têm sobre o comércio interno ou externo ocupam importante parte do livro, tendo sido objeto de interesse dos poucos que sobre ele se debruçaram.<sup>5</sup> Examinemos estas duas teses, desenvolvidas em dife-

<sup>2</sup> Dois estudos recentes podem mencionados como tendo superado a interpretação simplista do pensamento mercantilista: Terence Hutchinson, 1988 e François Fourquet, 1989. Na década de 60, um ensaio chamava atenção para o fato de que o pensamento de William Petty constituía uma teoria do desenvolvimento (Guy Caire, 1965).

<sup>3</sup> Ver Fernand Braudel (1979), Vol. 3, p. 51

<sup>4</sup> Como agrônomo, ainda, Petty manifestou ter consciência da configuração do uso da terra, com a conseqüente ocupação da terra como base das estratégias de desenvolvimento. Tratou desse tema no Tratado sobre a Irlanda (1687).

<sup>5</sup> Cantillon foi um dos autores mais negligenciados pela história do pensamento econômico. Não fosse a busca de Stanley Jevons por um autor de primeiro calibre que pudesse substituir a primazia de Ricardo entre os economistas, que ele considerava pernicioso, talvez Cantillon tivesse ficado definitivamente esquecido. Para este esquecimento certamente teve grande responsabilidade Adam Smith, que jamais mencionou a importância do Ensaio sobre a Natureza do Comércio.



rentes capítulos do Ensaio. Ambas tentam demonstrar de que maneira as preferências sociais de consumo repercutem sobre as formas de utilização dos fatores trabalho e terra.

Cantillon percebe que a natureza dos bens consumidos está relacionada a recursos que são utilizados em sua produção, função da técnica disponível e de seus requisitos em trabalho e terra. Se os proprietários de terra (que na época determinavam os padrões de consumo) consumirem bens intensivos em trabalho, haverá uma necessidade crescente de alimentos (para alimentar os trabalhadores, evidentemente). Mas, se os proprietários inclinarem seu padrão de consumo para bens que utilizam pouca mão-de-obra, haverá uma tendência contrária: trabalhadores serão desempregados. Vejamos dois parágrafos em que essa tese, interessante pelo exotismo no quadro da ciência econômica, é desenvolvida :

“Se um senhor ou proprietário que destinou todas as suas terras para arrendamento, tiver a fantasia de mudar radicalmente sua forma de vida; se, por exemplo, ele diminuir o número de empregados domésticos e aumentar o número de cavalos, não apenas os domésticos serão obrigados a deixar a terra em questão, como o mesmo acontecer a um número proporcional de artesãos e de trabalhadores que se dedicavam a produzir o necessário à subsistência daqueles domésticos: a porção de terra que se empregava para prover estes habitantes ser empregada em pastagens para os novos cavalos. Se todos os proprietários do país fizessem o mesmo, eles multiplicariam rapidamente o número de cavalos, e diminuiriam o número de habitantes.

“Depois que um proprietário tiver despedido um grande número de empregados domésticos e aumentado o número de cavalos, haverá trigo em excesso para o consumo dos habitantes do local, e conseqüentemente seu preço cair, enquanto o preço do feno subirá. Isto fará com que os arrendatários aumentem suas pastagens e diminuam a quantidade de trigo para se adaptarem à proporção do consumo.

“É assim que os hábitos e as formas de vida dos proprietários determinam o emprego que se faz das terras e provocam variações no consumo, que por sua vez determinam variações dos preços nos mercados.” (*Ensaio*, 1750, p.36)

Para Cantillon, portanto, as inclinações de consumo - que hoje chamamos estilos de vida - podem determinar positiva ou negativamente a demanda por trabalho, por terra ou por capital, incidindo sobre seus valores relativos. Se Cantillon estiver correto, seria portanto inapropriado considerar que valores de uso ficam à margem da economia política, uma vez que o processo de produção dos valores de uso determinam valores relativos de salários, preços da terra e do capital. Neste caso, a questão dos padrões de consumo e suas implicações sobre tecnologia e demanda de fatores passam a ser elemento essencial da dinâmica capitalista.<sup>6</sup>

Uma tal abordagem teórica poderia lançar luz sobre alguns problemas comuns a vários países subdesenvolvidos. Os processos de substituição de importações foram concebidos ou produzidos sem atenção para com a inserção dos novos bens na estrutura de reprodução da economia. Na

medida em que a substituição de importações se concentrava em bens de luxo, quase sempre intensivos em capital, os países protagonistas se colocavam sob um duplo constrangimento: aumentar a exportação de bens primários para pagar a importação de bens de capital (caso em que, como previu Cantillon, exportou-se “terras”) e reproduzir uma concentração da renda que correspondesse à estrutura produtiva criada - estabelecendo as condições para formação de um ciclo vicioso.

A partir de certo ponto da diminuição dos salários provocada por essa dinâmica perversa, os salários se tornam tão medíocres que os trabalhadores podem começar a se recusar a trabalhar em condições de mercado. A consequência é a formação de setores marginalizados, sejam aqueles que guardam legitimidade política, como o da luta pela reforma agrária, ou aqueles que se alojam totalmente fora de qualquer legitimidade como o banditismo. Quando os países despertam para o problema e tentam reverter o processo para socorrer uma situação social explosiva, encontram-se confrontados com fenômenos marcados pela irreversibilidade, estruturas produtivas que possuem forte grau de inércia, num processo determinado de maneira exógena, já que a tecnologia de ponta continua sendo desenvolvida em países onde os salários elevados são compatíveis com a intensividade do uso de capital.

Noutra passagem de seu livro, Cantillon investiga como o intercâmbio de determinados valores de uso pode repercutir de maneira positiva ou negativa sobre as relações de troca, fazendo com que o comércio internacional possa ser benéfico ou

<sup>6</sup> Adolphe Landry, historiador do pensamento econômico que viveu na França da virada do século XIX-XX, escreveu um artigo (“Uma teoria negligenciada”, 1910) para mostrar a coerência lógica e a sustentabilidade da tese de Cantillon.

prejudicial a uma nação, em função do diferente uso de recursos naturais e de mão de obra. Baseando-se na compreensão tipicamente mercantilista de que o comércio mundial configura um processo dinâmico de "captura" da riqueza produzida em outros lugares, ele analisa o problema da troca de produtos intensivos em terra por produtos intensivos em trabalho e o problema da troca internacional quando os preços são elevados ou baixos num determinado país. Neste artigo, nos limitaremos ao primeiro problema. Cantillon principia sua análise formulando três hipóteses preliminares sobre as condições em que um Estado "leva vantagem" no comércio com um outro. Essa troca desigual acontece a favor de uma nação quando:

- um Estado troca um "pequeno produto da terra contra um maior" (p.125), a abundância de dinheiro que nele circula contribuindo para que ele troque menos produto por mais produto;

- um Estado troca seu trabalho contra o produto da terra de uma nação estrangeira, pois seus "habitantes são assim mantidos às custas" (p.125) do outro país.

A terceira hipótese constitui uma combinação das duas primeiras. Esse problema se torna mais compreensível através de um exemplo do comércio francês, qual seja a compra de rendas de Bruxelas pelas "damas de Paris", seguida da compra pela França de vinhos de Champagne. As duas operações comerciais têm um valor comercial equivalente, de 100.000 onças de prata. Entretanto, sob a cobertura desta equivalência, onde uma certa quantidade de renda se troca contra uma certa quantidade de champagne, haverá uma troca de recursos geradores de riqueza.

O vinho incorpora, no total, o produto de 6.000 "arpentes" de terra, com 4.000 arpentes de vinhas, e 2.000 arpentes utilizados para a produção de alimentos para os cavalos utilizados para o transporte. A renda requer o produto de 1/4 para o linho, e o trabalho de 2.000 pessoas. Considerando que cada pessoa consome o equivalente da produção de 3 arpentes para sua subsistência,

**O luxo é apenas consumo de riquezas; já a subsistência do trabalho implica na manutenção das condições de produção das riquezas.**

elas consomem portanto 6.000 arpentes de terra. Consequentemente, este comércio efetua a transferência de 6.000 arpentes da terra francesa para a Bélgica, equivalendo à subsistência de 2.000 famílias. "Isto, às custas das damas de Paris, que pagarão e portarão esta renda." (p.126) "Fica claro por este exemplo, continua Cantillon, que as damas de Paris sustentam e mantêm todos os que trabalham produzindo renda em Brabant", o que constitui "um comércio oneroso e desvantajoso para os franceses". (p.127) Enquanto se subtrai da subsistência dos franceses cerca de 6.000 arpentes de terra, os belgas disporão de mais 4.000 arpentes para produzir outras coisas.

Fica claro, portanto, que o núcleo do argumento sobre a desvantagem do comércio se aloja na avaliação da natureza concreta dos bens trocados, isto é, de suas respectivas realidades enquanto valores de uso. Para Cantillon, os belgas "obtem um aumento de subsistência e apenas dão em troca um instrumento de luxo que não traz qualquer vantagem real à França, porque a renda se gasta e se destrói, sem que se possa trocá-la por qualquer coisa de útil depois." (p.128). Esta passagem prenuncia a teoria do trabalho produtivo de Adam Smith e incorpora a crítica mercantilista do consumo de luxo. Mas a tese só se torna plenamente compreensível sobre a base de uma teoria da riqueza: o luxo é apenas consumo de riquezas; já a subsistência do trabalho implica na manutenção das condições de produção das riquezas. Do ponto de vista da riqueza social elas são diferentes: uma implica a destruição definitiva de uma riqueza produzida; a outra implica a reprodução das condições necessárias à sua produção. Essa distinção não pode ser feita quando se pensa a riqueza exclusivamente em termos de valor de troca.

A conclusão desta tese desemboca numa estratégia de comércio internacional:

"Não seria vantajoso submeter um Estado ao hábito de enviar ao estrangeiro grandes quantidades de suas colheitas para poder pagar manufaturas estrangeiras. Seria enfraquecer e diminuir os habitantes e as forças do Estado pela suas duas pontas." (1750, p.129)

Como as condições de sobrevivência de um povo dependem do que ele arranca da terra, ele só pode dedicar-se a adquirir o trabalho de outros povos se ele já tiver garantido

os recursos necessários à sobrevivência de seu próprio povo. O Canadá e a Austrália, com suas baixíssimas taxas de densidade demográfica, podem se dar ao luxo de trocar seus recursos naturais por trabalho sem deixar alguns passando fome e oferecendo trabalho para todos. Mas a Índia ou o Japão cometeriam suicídio se o fizessem. Tal estrutura de tro-

cas só pode ser sustentada no caso de abundância de recursos naturais e de uma baixa taxa de expansão demográfica. Neste sentido, a conjugação da teoria com a singularidade econômica de cada país se torna base para a formulação de estratégias contextualizadas. Cantillon vai até o fim nessa linha de raciocínio, e sua conclusão, que uma economia

política do valor de uso constituiria um dos instrumentos importantes na decisão de Estado:

“É apenas examinando os efeitos de cada ramo do comércio em particular, que se pode regular utilmente o comércio com os estrangeiros; não se poderia conhecê-lo com raciocínios gerais”. (1750, p.128)

## Adam Smith e as hierarquias produtivas

A interpretação de que Adam Smith teria encerrado o inter-regno fisiocrático onde a questão dos valores de uso (agricultura, minas, pesca como atividades produtivas em contraposição ao comércio e à indústria) são elementos integrantes do escopo de análise da economia política, amplamente partilhada entre os mais diversos leitores da economia clássica.

Entretanto, observando-se mais de perto, pode-se perceber que esta exclusão do valor de uso se faz apenas no momento de construir a teoria do valor. Ela só seria completa ou definitiva se a Riqueza das Nações se reduzisse à teoria do valor. Ao ter construído seu livro sobre a crítica de que o mercantilismo tinha reduzido a riqueza à sua forma monetária, Smith a define como sendo “bens consumíveis” e o resto de seu livro continua ligado à questão dos processos de produção dessas “coisas”. É natural que, ao analisar a riqueza nas economias mercantis, ele devesse atentar sobretudo para sua manifestação em termos valor de troca. Assim, se em certas passagens a preocupação com o valor de troca aparece mais nitidamente, em outras, entretanto, é o valor de uso o que conduz a análise.

Nos livros II e III da Riqueza das Nações, Smith retorna claramente a uma teoria da riqueza onde as dife-

rentes atividades produtivas constituem os eixos principais. Caso o valor de uso tivesse sido deixado de lado na problemática do livro, se tornaria incompreensível uma espécie de hierarquia na importância relativa dos diversos ramos da atividade capitalista, que ele desenvolve no capítulo que fecha o Livro II (“Os Diversos Empregos do Capital”). Segundo Smith, existem quatro maneiras de empregar o capital: fornecer o produto bruto (agricultura, extração mineral e vegetal, pesca), manufaturá-lo e adaptá-lo às necessidades dos consumidores (indústria), e transportá-lo (comércio). Eles são todos “essencialmente necessários”, mas não são equivalentes no que concerne à produção de riqueza. Para ele, a agricultura é a “mais produtiva” porque “não há nenhum capital igual que movimente uma quantidade maior de mão-de-obra produtiva do que o capital do agricultor” (1776, I, p.309). Depois da agricultura, nessa hierarquia, seguem sucessivamente a atividade industrial, o comércio nacional e, em último lugar, vem o comércio internacional.

Se nos ativermos à lógica da produtividade em valor no mundo capitalista, a hierarquia se veria certamente invertida, com o comércio internacional de escravos negros capitaneando a lista. Curioso, porém, o próprio Smith, na última página do

capítulo, observa essa tendência - efetiva, real, prática, que coloca a agricultura como a *menos produtiva* do ponto de vista capitalista :

“A cada dia observamos surgirem as maiores fortunas, adquiridas no decurso da vida de uma só pessoa, por meio da atividade comercial e manufatureira, muitas vezes a partir de um capital muito pequeno, e às vezes sem nenhum capital inicial. Ora, talvez não haja em toda a Europa, durante o decurso do corrente século, um único exemplo de uma grande fortuna adquirida por meio da atividade agrícola, durante a vida de um único indivíduo, e partindo de um capital pequeno ou nulo.” (1776, I, p.318)

Na realidade da economia, como as rentabilidades flutuam em função de uma série de fatores ligados aos diversos ramos de produção e às suas interrelações, será sempre impossível estabelecer uma relação hierárquica definitiva em termos de valor. O domínio do valor de troca e da acumulação não suporta nenhuma hierarquização que não seja historicamente situada, mercadologicamente determinada. Seja como for, resta insustentável afirmar que Smith deixou o valor de uso totalmente fora da sua construção teórica. Se ele o expulsou ao definir o objeto da Economia trouxe-o de volta no momento de



construir sua ontologia da riqueza.

Neste artigo não seria possível explorar um outro tema de cunho bastante - mas não exclusivamente - smithiano, que reiteradamente causou

polêmica entre economistas mercantilistas e liberais clássicos, que foi a questão da produção e consumo de artigos de luxo. Deixaremos este assunto para um tratamento específico dada a amplitude com que foi de-

batido. Mas vale notar de passagem que qualquer debate sobre a questão dos efeitos do consumo conspícuo na economia implica numa discussão sobre a influência dos valores de uso sobre a eficiência econômica.

## A crise ricardiana de reprodução e os valores de uso

Foi, com certeza, David Ricardo quem encerrou a breve experiência de construção de uma Ciência das Riquezas. Ricardo teve o imenso mérito, de tornar clara uma distinção sem a qual a ciência das riquezas jamais poderia avançar - a diferença entre preço (valor de troca) e riqueza (valor de uso). Apesar de ter julgado a problemática da riqueza impropriedade para a Economia Política, ao formular sua explicação para as crises econômicas, ele mostrou que o lado da riqueza é fundamental para explicar aquilo que se passa do lado dos rendimentos, isto é, dos valores. Não deixa de ser curioso: o teórico que mostrou o mecanismo pelo qual a produção de riquezas repercute na prosperidade ou na crise de uma economia capitalista, foi aquele que encerrou, de modo convicto e consciente, a exploração teórica que os primeiros teóricos da economia haviam feito nesse terreno.

Pelo menos duas passagens de sua correspondência privada confirmam sua convicção de que o velho objeto da economia (a "ciência das riquezas") deveria ser abandonado e que os economistas deveriam doravante se dedicar exclusivamente aos problemas relativos aos valores de troca. Numa carta a Malthus, Ricardo recusa a "riqueza" como sendo um objeto da ciência econômica:

*"A Economia Política é para você uma enquete sobre a natureza e as causas da riqueza. Eu considero, diferentemente, que ela deve ser definida*

*como uma enquete a respeito da distribuição do produto e da indústria entre as classes que concorrem para sua formação. Não é possível relacionar com nenhuma lei a quantidade de riquezas produzidas, mas pode-se designar uma bastante satisfatória quanto à sua distribuição. A cada dia*

**A Ciência Econômica se torna assim Ciência dos Valores, já que é na proporção do intercâmbio de valores que se determina a distribuição.**

*fico mais convencido de que o primeiro estudo é vão e decepcionante e que o segundo constitui o próprio objeto da ciência." (9/10/1820, Works, VIII, p.278).*

Ricardo enfrentava a dificuldade teórica de construir uma teoria que desse conta dos valores de troca seguindo uma determinação única: o trabalho necessário à produção. As críticas mais incisivas de tal ambição ainda não haviam sido feitas, mas Ricardo já percebia as dificuldades

de sua teoria. Insistia ele assim que, fosse qual fosse o destino de sua teoria do valor, o problema da ciência deveria se resumir à distribuição - a teoria do valor sendo apenas um instrumento analítico que levaria a uma teoria da distribuição. A Ciência Econômica se torna assim Ciência dos Valores, já que é na proporção do intercâmbio de valores que se determina a distribuição.

Ronald Meek resumiu em três pontos o "sistema teórico" de Ricardo. Com o primeiro, fica claro que as mercadorias serão produzidas conforme a demanda social. O terceiro ponto estabelece que o lucro tem sua origem no processo de produção e apenas se realiza na troca. O segundo ponto nos interessa de perto:

*"Segundo, ele fez abstração dos atributos físicos dos bens. Não existe mais qualquer razão lógica para acordar uma importância quanto às distinções físicas entre, digamos, produtos agrícolas e bens manufaturados". (Meek, 1963, p.343)*

Ora, não é difícil perceber, se atentarmos para os problemas que Ricardo enfrentou ao longo de vida como parlamentar e como teórico, que a exclusão dos valores de uso só existiria em caso de ausência de problemas a nível da reprodução. Observando de perto sua análise da crise da economia inglesa, veremos que Ricardo acreditava que a taxa de lucro havia caído em função de custos em elevação no setor do trigo. (Ver

Ensaio sobre o baixo preço do trigo sobre os lucros do capital, 1815) Nesse momento, defendeu, como forma de solução da crise, que fosse liberalizada a importação de um determinado valor de uso, o trigo. Nunca, na imprensa ou em discursos no Parlamento, preocupou-se em defender a importação de seda da China ou do vinho de Bordeaux. Seu liberalismo tinha um objetivo precípuo: reduzir custos sistêmicos.

Suponhamos que Ricardo, após uma busca sistemática nos diversos custos de produção do trigo no mundo inteiro, tivesse chegado à conclusão de que ele era produzido em condições inferiores às obtidas na Inglaterra. Suponhamos, por exemplo, que tivesse diagnosticado a presença de rendimentos decrescentes nas minas de carvão em todo o mundo (o que seria feito, uma geração mais tarde, por Jevons). Será que teria se convencido da inevitabilidade do estado estacionário, ou teria se lançado na busca de alternativas de produtos que pudessem substituir o trigo e o carvão? Mais provavelmente, pediria ao Parlamento um programa de pesquisas científicas voltadas para a solução desses obstáculos. Deve ficar claro, em definitivo, que o problema visto por Ricardo se estabelecia exatamente na determi-

nação posta entre certos valores de uso determinantes do valor da força de trabalho e seus valores de troca.

Convém observar que essa situação pode igualmente ser estendida, em contextos econômicos diferentes, a outros valores de uso, que passam a fazer parte da análise econômica sempre que o sistema encontrar obstáculos a nível da reprodução. É curioso que os incontáveis comentaristas do pensamento ricardiano tenham deixado na sombra o fato de que o problema da terra e dos valores de uso era inserido de forma metódica por Ricardo - mesmo que ele não estivesse consciente do significado teórico da démarche. O Ensaio sobre o preço do trigo pode ser considerado um predecessor das teses que fazem do meio ambiente um dos problemas econômicos importantes de nosso tempo. A compreensão de sua tese justifica uma preocupação permanente para com a manutenção da fertilidade da terra, com a adequação das reservas minerais frente ao consumo industrial, com a matriz energética. Poder-se-ia discutir se tais eram ou não preocupações de Ricardo; são consequências lógicas de sua obra.

Ricardo sustentou na carta a Malthus acima mencionada que o estudo da

riqueza (isto é, dos valores de uso) é "vão e decepcionante", porque as determinações dos valores de uso sobre a economia não poderiam, em sua opinião, ser teorizadas. Hoje poderíamos sem dúvida inquirir: por que a problemática da riqueza não poderia ser teorizada em limites tão "toleráveis" quanto àqueles que Ricardo concede à teoria da distribuição? Talvez faltassem naquele momento conhecimentos essenciais para uma "ciência das riquezas". Mas, com a maturidade alcançada pela termodinâmica, pela teoria dos sistemas e por uma teoria da dinâmica ecológica, dispomos hoje de instrumentos que nos permitem avançar nas dimensões quantitativas e qualitativas da riqueza social.

Na verdade, a ciência das riquezas continuou a se desenvolver dispersa e incertamente, ora no campo da agronomia, ora no campo da teoria da organização industrial, ora na teoria dos sistemas, ora no terreno da ecologia política. Ainda que, depois de Ricardo ter-lhe aplicado um golpe decisivo e de ter sido seguido decididamente por um exército de intelectuais, já não fosse no texto dos economistas que esses avanços se dessem.

## O consenso ampliado e a retomada crítica

**K**arl Marx e a escola neoclássica, de maneiras radicalmente diferentes mas coincidentes quanto ao resultado, suprimiram definitivamente a problemática dos valores de uso da ciência econômica. A exploração sistemática das diferentes trajetórias teóricas requeria um artigo específico, sobretudo porque foram assentadas em cima do uso de dois conceitos para a noção de riqueza. Enquanto Marx, distinguindo entre valor de troca e riqueza (valores de uso), restringe a problemática da econo-

mia política à acumulação de capital (portanto, do processo de circulação e realização dos valores de troca), os neoclássicos fazem-no pela identificação sistemática, conceitual - ainda que logicamente contraditória - entre valor de troca e riqueza. Enquanto Marx afirma que a questão da riqueza não deve fazer parte da economia política, os neoclássicos optam por dizer que os valores de troca são expressão unívoca da riqueza, com o que podem dedicar-se

exclusivamente à problemática da troca, eliminando a problemática da natureza dos bens produzidos e consumidos.

Na verdade, Marx repete a abordagem de Ricardo no que se refere ao tratamento do valor de uso pela teoria econômica. Isto é, nega para depois inseri-la numa análise de um problema específico - no caso, a teoria da reprodução simples ou ampliada. Nos Capítulos XX e XXI do Livro II de *O Capital*, Marx deixa patente



que a reprodução em valor do capital depende da disponibilidade física dos valores de uso que dele fazem parte. Desta forma, os valores de uso só poderiam ficar à margem dos problemas que a Economia Política enfrenta no caso de não haver qualquer dificuldade de produção de bens essenciais à reprodução ampliada do capital. Havendo dificuldades, a escassez relativa desses bens repercutirá na reprodução em valor e, por conseguinte, nas taxas de crescimento e de acumulação. Os valores de uso só ficam de fora do problema econômico quando não existem obstáculos físico-energéticos à sua produção. Talvez tenha sido este o caso da economia mundial até meados dos anos 60. Não tem sido mais, seguramente, desde os anos 70.

Com os neoclássicos ocorreu algo semelhante, embora tenham adotado uma estratégia teórica totalmente distinta (o valor determinado não pelo trabalho mas pela utilidade marginal). Assim, a economia neoclássica, num processo que culminaria mais tarde com o keynesianismo, construíram um sistema teórico onde a natureza dos valores de uso e suas implicações sobre o funcionamento do sistema econômico foram sistematicamente ignoradas, ou consideradas um pressuposto cujo estudo seria indiferente, em seus resultados, para a análise econômica. Em vários artigos, Herman Daly (1987a, 1987b) mostrou que a teoria econômica

contemporânea ignora problemas a nível dos insumos materiais e energéticos, como se se tratasse de um fluxo apenas imaterial - o fluxo dos valores de troca - sem consistên-

**Os valores de uso só ficam de fora do problema econômico quando não existem obstáculos físico-energéticos à sua produção.**

cia física, sem limites naturais, concebendo um sistema fechado, onde a natureza é apenas um pressuposto.

Foi a ecologia política, desenvolvida às margens da economia política marxista, que trouxe de volta os valores de uso como objeto determinante da ciência econômica. Esse processo constitui um momento peculiar da história do pensamento econômico e mereceria estudo específico. Aqui nosso objetivo foi mostrar que, em seu berço, os economistas tinham um olho posto sobre o fenômeno do intercâmbio (a troca, valor de troca) e outro sobre as implicações do bens intercambia-

dos (o consumo, valor de uso). Neste sentido, o viés introduzido pela ecologia política retoma problemáticas clássicas. O que não deixa de ser uma conclusão algo surpreendente, uma vez que a problemática clássica é tida como precursora do neoliberalismo, que exclui qualquer veleidade de se questionar a economia além ou aquém dos valores de troca. Este é o ponto que desejaríamos ressaltar: talvez o liberalismo clássico esteja muito mais próximo das preocupações social-democratas e ecologistas contemporâneas do que supõem os próprios socialistas.

Finalmente, além da questão ambiental, que ocupou a cena durante as últimas duas décadas, o tema central ora desafiando as políticas de desenvolvimento - o emprego - remete a análises envolvendo os valores de uso, já que os investimentos não são alternativos entre si em caso de equivalência de valores: a preferência se funda na maior capacidade de incorporar mão-de-obra. Também neste caso teremos em Petty e sobretudo em Cantillon os pontos de partida na história do pensamento econômico. Sendo pertinente estas notas, convém adotar a cultura mercantilista como ponto de partida da formação cultural da nova geração de economistas, e não deixá-la como um preâmbulo cuja única função é revelar aquele equívoco cuja superação inaugura o pensamento científico, como tendeu a abordar a tradição que situa em Adam Smith, no máximo os fisiocratas, o ponto de partida da economia política.

## Bibliografia

BEER Max, 1939, *An Inquiry into physiocracy*, London, Allen & Unwin.

BÉNARD Jean, 1958, "Marx et Quesnay", in *F. Quesnay et la physiocratie*, Paris, INED, pp.105-130.

BRAUDEL Fernand, 1979, *Civilisation matérielle, économie et capitalisme*, Paris, Armand Colin.

CAIRE Guy, 1965, "Un précurseur négligé: William Petty - ou l'approche systématique au développement économique", *Revue Economique*, vol. 16, n.5, septembre, pp. 734-776.

CANNAN Edwin, 1892, "The Origin of the Law of Diminishing returns, 1813-15", *The Economic Journal*, vol 2, pp.53-69.

CANTILLON Richard, 1755 [1952], *Essai sur la nature du commerce en général*, Paris, INED.

DALY Herman, 1987a, "The Economic Growth Debate: what some economists have learned but many have not", in *Journal of Environmental Economics and Management*, vol 2, pp. 323-336.

DALY H., 1987b, "A.N. Whitehead's falacy of misplaced concreteness: examples form economics", in *Journal os Interdisciplinary Economics*, vol.2, pp.83-89.

EFFERTZ Otto, 1897, *Arbeit und Boden - system der Politischen Oekonomie*, Berlin, Puttkammer & Muhlbrecht.

FOURQUET François, 1989, *Richesse et puissance - une généalogie de la valeur*, Paris, La Découverte.

GRANDAMY René, 1973, *La Physiocratie - théorie générale du développement économique*, Paris, Mouton.

HECKSCHER Eli, 1931 [1935], *Mercantilism*, London, Allen & Unwin.

HOLLANDER S., 1977a, "Ricardo and the Corn Laws: a revision", *History of Political Economy*, vol.9, pp.1-47.

HOLLANDERS., 1977b, "Smith and Ricardo: Aspects of the Nine-teenth-Century Legacy", in *American Economic Review*, vol.67, n.1, pp.33-41.

HUTCHINSON T., 1988 [1990], *Before Adam Smith - The Emergence of Political Economy, 1662-1776*, Oxford, Basil Blackwell.

JEVONS S., 1865 [1906], *The Coal Question - An Inquiry Concerning the Progress of the Nation, and the Probable Exhaustion of our Coal-mines*, NY, Kelley, 1965.

LANDRY Adolphe, 1910, "Une Théorie négligée", *Revue d'Economie Politique*, vol. XXIV, pp.314-323, 364-384, 747-757, 773-785.

LANTZ Pierre, 1977, *Valeur et Richesse - une approche de l'idée de nature*, Paris, Anthropos.

MARX Karl, 1867, *O Capital*, RJ, Civilização Brasileira.

MEEK Ronald L., 1963, *The Economics of Physiocracy*, Cambridge, Massachussets, Harvard University Press.

MILL John Stuart, 1965 [1848], *Principles of Political Economy*, Toronto, University of Toronto Press.

MYRDAL Gunnar, 1955, *The Political Element in the Development of Economic Theory*, Cambridge, Harvard University Press.

PERVINQUIERE Louis, 1906, *Contribution à l'étude de la notion de productivité dans la physiocratie*, Paris, A. Rousseau.

PETTY William, *The Economic Writings of Sir William Petty*, NY, Kelley, 1963.

QUESNAY François, 1965, *Oeuvres Economiques et Philosophiques*, Darmstadt, Scientia Verlag Aalen.

RICARDO D., *The Works and Correspondence of David Ricardo*, Piero SRAFFA (dir), Cambridge University Press, 1970, 5a ed..

ROLAND Gérard, 1985, *La valeur d'usage chez Karl Marx*, Bruxelles, Editions de l'Université de Bruxelles.

SAUVY Alfred, 1952, "Actualité de Cantillon", in *Essai sur la Nature du Commerce en Général*, R. Cantillon, Paris, INED.

SAY J.-B., 1803 [1814], *Traité d'Économie politique*, Osnabruck, Otto Zeller, 1966.

SENIOR Nassau W., 1836, *Principes fondamentaux de l'économie politique*, Paris, Librairie Aikaud.

SMITH Adam, 1776 [1976], *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, Oxford, Clarendon Press.

TURGOT, "Mémoires sur les mines et les carrières", in *Oeuvres de Turgot*, Edição de Eugene Daire, vol. II, Osnabruck, Otto Zeller, pp.130-165.

WALRAS Léon, 1874 [1952], *Éléments d'économie politique pure ou théorie de la richesse sociale*, Paris, Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence.

WEULERSSE Georges, 1910 [1968], *Le Mouvement Physiocratique en France (De 1756 à 1776)*, Paris, La Haye.